0



FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA
CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO FEMININA EM DEBATE: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 2010 EM CURITIBA

- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) -

CURITIBA
2020

BIANCA NAOMI SAITO FAIONATTO
MARCELA APARECIDA CHICALSKI
MAYARA CAMILLI CAMARGO DA SILVA
MIKAELY PONEZ

EDUCAÇÃO FEMININA EM DEBATE: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 2010 EM CURITIBA

- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) -

Projeto apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pedagogia da Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR, como requisito parcial obrigatório para aprovação.

Orientador: Profª Esp. Kauana de Paula Domingues Grande.
Coordenador do Curso: Profª Drª Aline Chalus Vernick Carissimi.
Coordenador de TCC: Profª Drª Aline Chalus Vernick Carissimi.

CURITIBA
2020

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA – FATEC-PR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC
(Trabalho de Conclusão de Curso)

BIANCA NAOMI SAITO FAIONATTO

MARCELA APARECIDA CHICALSKI

MAYARA CAMILLI CAMARGO DA SILVA

MIKAELY PONEZ

EDUCAÇÃO FEMININA EM DEBATE: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 2010 EM CURITIBA

Este TCC foi avaliado pela banca examinadora de TCC, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR e considerado (a) aprovado (a).

Banca examinadora

_____

Profª Esp. Kauana de Paula Domingues Grande
Orientador(a)

_____

Prof (a) Drª Aline Chalus Vernick Carissimi
Membro da Banca

_____

Prof (a) Mestre Luisa Dalla Costa Bornancin
Membro da Banca

Curitiba / PR, 19/11/2020

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, o qual me sustentou até aqui e nunca deixou com que eu desistisse e nem que minha fé fosse em vão. Agradeço a minha mãe, a mulher mais importante da minha vida, aquela que sempre me apoiou e me incentivou ao decorrer dessa trajetória, mulher guerreira e batalhadora como jamais vi, me ensinou desde pequena que nós mulheres devemos traçar nossos próprios caminhos e ir em busca da independência, o que me dava mais forças e inspiração para continuar este projeto. Agradeço também ao Matheus, que desde o início até os finalmente sempre me apoiou e me deu forças para continuar, pela compreensão em diversos momentos de ausência, que pôde suportar meus altos e baixos, nunca deixando que o cansaço me vencesse e sempre me reerguendo quando estava a ponto de desistir. E por final agradeço às minhas companheiras, minhas amigas Marcela, Mayara e Mikaely que me acompanham desde o início desse percurso, em que muitas vezes nos apoiamos umas às outras para que permanecessemos juntas e firmes, demonstrando diversas vezes o que é empatia e o que é a sororidade na prática, não me deixando desistir mesmo em momentos obscuros de cansaço e esgotamento, minha eterna gratidão à vocês que fizeram o possível para que tudo acontecesse.

Bianca

Agradecer, gesto tão singelo, mas difícil de ser feito. Agradecer a minha pessoa primeiramente, pois sem meus esforços nada conseguiria, foram dias sem dormir direito, dias de ansiedade pelas provas, seminários que me tiravam o ar. Agradeço ao esposo e a minha filha de coração pela paciência e auxilio que prestaram nesses decorridos quatro anos. Agradeço a minha filha e minha companheira da vida, que sempre esteve ao meu lado em cada batalha, proporcionando força, coragem e entusiasmo para seguir. Agradeço aos familiares e amigos pela compreensão das tantas vezes que me fiz ausente e não pude retribuir com a atenção que mereciam, quando passava fins de semana enclausurada em casa, elaborando trabalhos que pareciam ser infinitos. Gratidão sempre, para com as amigas Bianca, Mayara e Mikaely, que durante os quatro anos estiveram ao meu lado em cada batalha do dia a dia, ouvindo, amparando e alentando nos momentos difíceis.

Marcela

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, sem Ele nada disso seria possível. Agradeço a toda minha família e amigos, por todo apoio e compreensão em diversos momentos de ausência, onde o tempo era dedicado aos trabalhos e provas, em especial a minha amada mãe, que me incentivou em todos os momentos e nunca me deixou desistir, me tranquilizando e dando força, sempre ao meu lado como mãe e colega de turma, a incentivadora desde o início de todo esse percurso. Agradeço ao meu namorado, por estar ao meu lado, incentivando e me lembrando o quanto sou capaz, também pela compreensão nos momentos que precisei estar ausente. Gratidão eterna as minhas amigas Bianca, Marcela e Mikaely, que desde o início me acolheram tornando esse caminho ainda mais especial, foi um prazer trilhar esse percurso ao lado de vocês.

Mayara

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade e de ter me sustentado até aqui e a mim mesma que batalhei e acreditei na minha força e nos meus sonhos. Agradeço em especial a minha mãe “Dona Ediva”, a mulher mais guerreira e batalhadora a qual me criou e me ensinou sozinha os princípios da vida e a me tornar quem eu sou, ela que sempre acreditou nos meus sonhos e no meu potencial, agradeço ao meu marido Leonardo, que desde o início se fez presente dando apoio, cuidado e incentivo nos momentos difíceis e de insegurança, o qual foi meu ombro e meu escudo que sempre trouxe segurança e leveza para os dias cinzentos de incertezas, e gratidão aos meus sogros por todo o suporte e apoio ao longo de toda essa jornada. Vale destacar, a minha imensa gratidão as minhas amigas deste projeto de pesquisa, Bianca, Marcela e Mayara que tornaram essa trajetória ainda mais linda e leve, sororidade e empatia resumem tudo.

Mikaely

Gratidão à todos os nossos professores, que contribuíram com a nossa formação ao longo destes anos, por todo o aprendizado que nos ofertaram e até pelas experiências de vida que nos passaram, com certeza será levado um pouco de cada um para nossas vidas. Eterna gratidão e admiração a nossa Orientadora Kauana, por possibilitar que este projeto pudesse ser realizado com seu apoio, que com sua maneira afetuosa sempre nos proporcionou calmaria nos momentos de aflição, desempenhou está função com delicadeza, amizade e grandeza.

Bianca, Marcela, Mayara e Mikaely.

“Em uma sociedade que ainda está em constante construção sobre a trajetória histórica de SER UMA MULHER, sobre nossas lutas, conquistas , quebras de tabus e estereótipos, contra o preconceito e o alcance pela igualdade de gênero, e que ainda não reconhecem e tampouco compreendem nosso papel e valor como mulheres detentoras de conhecimentos com anseio de liberdade e igualdade, seguimos incessantemente lutando como garotas.”

Sejamos livres!

CHICALSKI, FAIONATTO, PONEZ & SILVA (2020)

RESUMO

O presente trabalho intitulado de “EDUCAÇÃO FEMININA EM DEBATE: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 2010 EM CURITIBA” tem por objetivo analisar a evolução da educação feminina, tendo como recorte espacial a capital do estado do Paraná e recorte temporal as décadas de 1910 e 2010. Ao tratar o tema, busca-se evidenciar as dicotomias presentes em cada modelo educacional, bem como a análise crítica do papel feminino exercido em ambos os recortes temporais de acordo com o modelo de educação formal empreendido no período correspondente, concebendo e reconhecendo a escola como uma importante e atuante Instituição Social, visto que a evolução da figura feminina enquanto indivíduo social encontrou na educação um alicerce e parceiro necessário, os primeiros modelos educacionais encontrados na capital do estado do Paraná imprimiram na parcela feminina e abastada a fonte para os pretendidos manuais de civilidade, em contramão, a construção permitida durante o século XX, abriu a possibilidade de políticas públicas democráticas e críticas na construção de um currículo escolar com pretensões inclusivas e contra discriminação de gênero, arquitetando então a possibilidade de uma educação emancipatória para a grande parcela de meninas e mulheres curitibanas. Pretende-se também a inserção ativa de temas de cunhos historiográficos no recorte científico da Educação. Os aspectos aqui tratados têm como fio condutor a relação entre os papeis sociais e a educação, especialmente na análise hermenêutica de fontes primárias compostas como manuais de ensino da primeira década estudada e currículos e políticas públicas na segunda. Sobretudo, procura-se estabelecer uma análise social dos caminhos seguidos à uma educação a serviço do autogoverno.

Palavras-chave: educação feminina, gênero, historiografia, currículo, Curitiba.

ABSTRACT

The present work entitled “FEMALE EDUCATION IN DEBATE: EDUCATIONAL EVOLUTION BETWEEN THE 1910 AND 2010 DECADES IN CURITIBA” aims to analyze the evolution of female education, with the capital of the state of Paraná as a spatial profile and the temporal period of the decades of 1910 and 2010. When dealing with the theme, the aim is to highlight the dichotomies present in each educational model, as well as the critical analysis of the female role played in both time frames according to the formal education model undertaken in the corresponding period, conceiving and recognizing the school as an important and active Social Institution, since the evolution of the female figure as a social individual found in education a necessary foundation and partner, the first educational models found in the capital of the state of Paraná printed the source for the female and wealthy portion the intended civility manuals, in contrast, the construction allowed during the 20th century, opened the possibility quality of democratic and critical public policies in the construction of a school curriculum with inclusive pretensions and against gender discrimination, then architecting the possibility of an emancipatory education for the great part of girls and women from Curitiba. It is also intended to actively include themes of historiographic nature in the scientific scope of Education. The aspects discussed here are guided by the relationship between social roles and education, especially in the hermeneutic analysis of primary sources composed of teaching manuals from the first studied decade and curricula and public policies in the second. Above all, it seeks to establish a social analysis of the paths followed to an education at the service of self-government.

Keywords: female education, gender, historiography, curriculum, Curitiba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Taxa de alfabetização por idade segundo o sexo.....30
Figura 2: Percentual da população de 18 a 24 anos.....31
Figura 3: Percentual das mulheres matriculadas em cursos profissionalizantes segundo o sexo.....32
Figura 4: Escolas municipais Curitiba - 2019.....33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma.....20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(I CNPM) I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

(CNDM) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

(DEAM) Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher

(ONGs) Organizações Não-Governamentais

(ONU) Organização das Nações Unidas

(PME) Plano Municipal de Educação

(PNPM) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

(SEPPIR) Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

(SPM/ PR) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Sumário

1 INTRODUÇÃO **13**
1.1 OBJETIVO GERAL 15
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 15
2 JUSTIFICATIVA **16**
3 METODOLOGIA **17**
4 CRONOGRAMA **20**
5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA **21**
5.1 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL EM CURITIBA 21
5.2 A MULHER NO INÍCIO DE SÉCULO XX – DÉCADA DE 1910 NO BRASIL 23
5.3 A POSIÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO E PERANTE A SOCIEDADE NA DÉCADA DE 2010. 26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **36**
7 REFERÊNCIAS **39**

1 INTRODUÇÃO

A educação feminina é uma temática pouco explorada e debatida sob o ponto de vista de seu processo e de sua construção histórica. No início do século XX no Brasil a educação feminina e a posição da mulher na sociedade perpetuavam por caminhos de ascensão ao ocorrer sua inserção na educação, mesmo que o currículo e processo de escolarização fossem segregados por questões de gênero. Entretanto, a inserção feminina na educação, contribuiu para o seu processo de emancipação e para iniciar a transformação sobre seu papel perante a sociedade.

Em Curitiba na década de 1910, a escola do alto da colina detinha o escopo de acolher educandas da alta elite, seus ensinamentos partiam da premissa de instruir as meninas a partir da civilidade cristã, da moral e bons costumes da época. O processo educativo estava relacionado a transformar as meninas em mulheres com qualificações necessárias ao período que vivenciavam, resumidamente, ofertavam uma instrução para que as educandas se tornassem uma boa esposa, com ensinamentos pertinentes aos cuidados do lar e da moral familiar.

A construção e transformação do papel feminino e de sua posição perante a sociedade ocorreu durante o processo de conquistas e direitos alcançados, a sua inserção na escola e profissionalização, bem como a ingressão ao mercado de trabalho, agregando cada vez mais direitos e proporcionando à mulher um posicionamento ativo diante de uma sociedade patriarcal e sexista.

Esta pesquisa teve o caráter de aprofundar e ampliar os conhecimentos quanto à educação feminina e a colocação da mulher na sociedade, por meio de autores que produziram informações sobre a temática como a autora PILLA (1999), a qual aprofundou sua pesquisa no ensino adotado pelo colégio Cajuru para formar as meninas da elite Curitibana. Fazendo exames em algumas fontes primárias como O Livre de Piété de La Jeune Fille, que faziam referência à trechos pontuando como deveria ser a postura das alunas. Por meio de sua pesquisa trouxe contribuições em relação ao sistema de ensino adotado pela ainda provinciana Curitiba do século XX.

Compõe-se do presente trabalho, a autora ALMEIDA (2013), a qual produziu uma releitura de algumas obras publicadas na primeira metade do século XX, direcionadas as mulheres com pretensão de orientar como deveriam proceder perante a sociedade.

Esta pesquisa também se constitui pela contribuição das obras de diversos autores: BELTRÃO E ALVES (2009), CAMARA (2013), FREIRE (1996), GATTI (2012), MELLO E LEITE (2000), MESTRE (2004), RABELO E MARTINS (2006), RAGO (2014) e RAPOSO (2005).

Instituindo-se como parte do corpo desta pesquisa trechos de textos retirados de obras primárias utilizados para a promoção da educação feminina, o leitor encontra alguns gráficos para melhor visualizar e compreender a temática, a fim de serem analisados, bem como um mapa relacionando as regionais de Curitiba e a quantidade de escolas espalhadas pelo município.

O primeiro capítulo se propõe a descrever sobre o início da educação formal feminina em Curitiba, nesta perspectiva, aborda o Colégio Cajuru, que visava formar as meninas da elite curitibana por meio da civilidade cristã, sendo este um colégio de origem católico dirigido por freiras. Parte-se inicialmente, do contexto e motivação para implantação deste colégio no município e posteriormente, elucida os ensinamentos que eram ofertados por ele.

Ainda no primeiro capítulo discorre sobre o papel da mulher no início do século XX no Brasil, em meados da década de 1910, retrata-se as suas transformações partindo de seu contexto histórico e bases patriarcais alinhando-se aos atributos que esperavam de uma mulher, os quais eram alicerçados nos fundamentos da igreja católica. Ao percorrer do capítulo apresenta algumas das conquistas que foram fundamentais para o processo de ressignificação da mulher na sociedade.

O segundo capítulo, inicia-se sobre a década de 2010 partindo do contexto e explanação da atual Constituição Federal, referindo-se acerca da educação como um direito social de todos, por meio deste visa descrever a nova roupagem da educação brasileira. Objetiva apresentar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o qual é um importante movimento que se intenciona a discutir e promover políticas públicas que beneficiem as mulheres e contribui para a almejada igualdade de gênero, e transcorre sobre a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Durante o segundo capítulo oferece ao leitor alguns gráficos, sendo que estes foram escolhidos e analisados para melhor explanar sobre a gradual situação da escolarização feminina ocorrida na década de 2010. Contém um mapa que expõe a quantidade de escolas municipais de Curitiba, proporcionando ao leitor uma

compreensão da crescente evolução da educação, principalmente no critério da inserção do sexo feminino no ensino fundamental, médio, curso técnico, graduação e doutorado, comparando com a do início do século passado. Por fim, elenca alguns objetivos do escritório das Nações Unidas no Brasil, a fim de promover desenvolvimento acerca da igualdade de gênero.

1.1 OBJETIVO GERAL

Realizar uma pesquisa descritiva com o intuito de traçar a evolução entre os modelos e objetivos educacionais das décadas de 1910 e 2010 em Curitiba - Paraná.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Apresentar um breve histórico da educação formal em Curitiba;

b) Relacionar a jornada da educação feminina em busca de emancipação com a educação;

c) Analisar os modelos educacionais das décadas de 1910 e 2010 em Curitiba.

2 JUSTIFICATIVA

A mudança cultural ocorre por meio da educação e a conquista dos direitos que as mulheres buscam, promove ao sexo feminino o poder de constituir-se parte dessa evolução. A partir do momento em que a mulher começou a fazer parte do processo de escolarização, a pesquisar para aprender e a partilhar de seus conhecimentos, assim, consequentemente desenvolve a reflexão crítica que proporciona investigar seus interesses e seus direitos de se representar perante à sociedade.

Segundo FREIRE (1996) em sua obra Pedagogia da Autonomia, ensinar e aprender exigem pesquisa, através da investigação é possível construir conhecimentos. Por meio da pesquisa e da indagação transforma-se o senso comum em um conhecimento científico, permitindo educandos e educadores a mover-se na sociedade. Conforme FREIRE (1996, p. 12), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” Quando o aprendizado se torna uma prática, ocorre a internalização do novo conhecimento e proporciona mudanças pessoais sobre os pensamentos que foram adiquiridos por meio da sociedade em que está inserido, e que ainda carrega traços da antiga sociedade sexista e patriarcal, a qual tratava a mulher como sendo inferior ao homem. Conforme cita RAGO (2014 p.89) “Afinal a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica”. Portanto o patriarcalismo da época as colocava em um papel na sociedade de submissão mantendo domínio sobre o sexo feminino.

Ao abordar e delimitar o objeto de estudo deste presente projeto sobre a educação feminina, intenciona-se contribuir para uma nova visão sobre a educação feminina e sua emancipação, demonstrando a evolução ocorrida nos períodos escolhidos para a temática referente à educação e gênero. Mediante a necessidade de inteirar-se sobre a trajetória da educação feminina em Curitiba na década de 1910, traçando um paralelo com a educação feminina ofertada na década de 2010, explanar sobre as dificuldades vividas pelas mulheres daquela época que em decorrência de grandes lutas, conseguiram conquistar e manter para as futuras gerações, sendo de grande importância a valorização da mulher e a posição atual em que se encontra o sexo feminino na sociedade.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se pela pesquisa qualitativa e de acordo com os objetivos, caracteriza-se por meio de pesquisa descritiva fundamentada em revisões bibliográficas com análise de fontes primárias e análise documental. O instrumento de pesquisa proporcionou um embasamento teórico com mais aprofundamento a respeito do tema, possibilitando o desenvolvimento de compreender e analisar todo o contexto do objeto de estudo e da época escolhida para a elaboração do trabalho, além de permitir descrever, interpretar e comparar os modelos de educação feminina nas décadas escolhidas.

O artigo de GATTI (2012), com o tema A construção metodológica da pesquisa e educação refere-se ao estudo da caracterização do princípio da pesquisa da educação. Algumas análises importantes precisam ser priorizadas , como de onde partir, com quais referentes, para quem falar, por quê, que tipos de dados apoiam a pesquisa, como se originaram e como cuidar da linguagem e comunicação. É indispensável a preocupação com a coerência nas expressões das palavras, cuidando com o real significado do contexto ao utilizar palavras para diversificar os textos. Um exemplo de termos utilizados é pedagogia e didática, onde muitas vezes erroneamente se escreve que você “não tem uma pedagogia boa”, quando o correto, a pessoa gostaria de escrever que “sua didática é ruim” ou ainda que “sua técnica de ensino não é boa”. Considerando que o termo pedagogia refere-se à uma formação docente para trabalhar na educação infantil, anos iniciais e dentro de outras áreas específicas dessa formação. Enquanto a didática, é o termo utilizado para a maneira de aplicar o conteúdo que será estudado pelos educandos.

A pesquisa no âmbito da pedagogia constitui-se como análise de fundamentos, de consequentes e perspectivas, em vertentes filosóficas e epistemológicas de diferentes enfoques: idealista, funcionalista, pragmatista, empirista-lógico, hermenêutico, marxiano, fenomenológico, pós-moderno, etc. O campo se traduz como o conhecimento humano-científico fortalecendo e afirmando pelo domínio lógico-metodológico da vertente pela qual segue o caminho. Onde poucas reflexões e discussões se põem com clareza nos trabalhos e encontros de pesquisadores que refletem na formação dos próprios educadores. GATTI (2012, p.7) reitera que “A linguagem é viva. Muda. Significados mudam”. Existem variados estudos ligados à educação no campo do conhecimento, como exemplo no campo

da linguística, dos estudos da comunicação e da informação, na semiótica, nas neurociências, etc. e que acaba por dificultar uma identidade do campo.

Sobre as formas investigativas, GATTI (2012) apud BEILLEROT (2000 p.156), assinalam que existe uma variedade de formas de coleta, relato de dados e fatos em estudos, desde a pesquisa de estilo jornalístico até os ensaios, passando por pesquisas que buscam a produção de dados e a investigação empírica problematizada. O discurso de que as pesquisas devem responder às demandas sociais está dentro do meio acadêmico, bem como em outros segmentos sociais que conseguem de alguma forma “ter voz”. Fazendo necessário distinguir com clareza o que é uma demanda social, quem a exprime, por que, para quem, quando, para quê. Sendo que os indicadores de demandas são muito claros em alguns casos, mas, em outros casos, são bem aleatórios.

As demandas sociais são flutuantes, sujeitas aos modismos e a grupos hegemônicos eventuais. Assim, “o que se tem na realidade é que os debates com argumentos fortes, de boa-fé e fundamentados são raros” (GATTI 2012, p ,9). Algumas concepções estão associadas aos estudos em educação e acabam refletindo nas pesquisas desenvolvidas e como é concebida a educação. A primeira tem um panorama técnico instrumental onde a educação é observada como “ciência de procedimentos”, conjunto de métodos, técnicas e procedimentos para o ensino e a ordenações organizacionais e de gestão. Tendo objetivos prescritivos, normativos ou sugestivos, tem como prolongamento a perspectiva comportamental. Usa o recorte de disciplinas de referência como caminho nessa concepção. Tem como característica evidente ditar caminhos para práticas, a partir de teorias prévias.

GATTI (2012) explana que a segunda concepção está associada à perspectiva lógico-cognitiva. Duas convergências estão presentes focando na relação ensino-aprendizagem e analisando o estatuto dos saberes a ensinar, sem argumentar o significado, a necessidade e suficiência desses saberes e seu processo de objetivação sócio-histórica em determinada realidade e nível escolar.

Na terceira concepção o foco são os processos de aprendizagem, que investigam os processos de apropriação de saberes, ancorada numa abordagem cognitivista que leva em consideração o processo de aprender do indivíduo por razões históricas. A segunda e a terceira concepção trouxeram grandes contribuições aos aspectos de ensino e aprendizagem, mas também recebem muita

desaprovação por serem consideradas restritas e descontextualizadas.

Na quarta concepção é considerada uma praxiologia, estuda o comportamento humano, com tendência mais formativa e voltada a ação. Pensa sobre as ações educativas, criando conceitos fecundos na relação prática-teoria e produzindo conjuntos instrumentais ancorados na reflexão sobre sua utilização e finalidades.

Sobre o estudo do cotidiano escolar GATTI (2012) esclarece que não somente o rotineiro, mas as alternativas trilhadas, as simbologias criadas, as linguagens e os conflitos de lógicas atribuídas aos contextos sociais díspares, reconhecendo a convivência e aprendizagem dos profissionais.

Críticas que eventualmente não estão sendo expostos em trabalhos atuais vêm sendo superadas e demonstram desconfiança que o que se vive dentro de sala de aula não seja tão repetitivo e monótono, abrindo um novo olhar as relações que os professores fazem em sala de aula juntamente com seus alunos e a equipe pedagógica.

Para GATTI (2012) o Domínio Bibliográfico trata-se do domínio de um repertório bibliográfico mais amplo, que permita a criatividade construtiva do pesquisador. As bibliografias trazem uma visão de leitura que indique o caminho do pesquisador por diferentes áreas do conhecimento. Reúne a esses aspectos o tratamento da bibliografia de modo recortado, sem análise, sem se estabelecer interconexões, contraposições e críticas cabíveis, na direção da construção autoral de um referencial:

Portanto, nesta pesquisa que apresentamos entendemos que a revisão bibliográfica é de suma importância para situar o leitor no estado da arte sobre o tema, e por isso adotamos como fonte de informações.

Em síntese destacamos, portanto, que o trabalho tem como natureza de pesquisa a já mencionada e descrita pesquisa qualitativa.

Nossas fontes de pesquisa e procedimentos de coletas de dados são bibliográficas e documentais, pois nos permite um maior aprofundamento acerca da temática apresentada.

E lembramos que de acordo com nossos objetivos a pesquisa tem abordagem exploratória, podendo ser desenvolvida com mais profundidade em estudos futuros.

4 CRONOGRAMA

O cronograma do projeto está apresentado no quadro a seguir.

FASES/ ETAPAS	Data Limite	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Identificação do Tema do TCC.	13/02	X										
Elaboração da proposta	21/02	X										
Apresentação da proposta ao orientador.	21/02	X										
Introdução e objetivos.	23/04	X	X	X								
Justificativa.	23/04	X	X	X								
Metodologia.	23/04	X	X	X								
Cronograma.	14/05	X	X	X	X							
Revisão Bibliográfica.	14/05	X	X	X	X							
Desenvolvimento.	14/05					X	X	X	X	X		
Conclusões e Recomendações.	30/09								X	X		
Encontros com o orientador	1 vez por semana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Revisão Geral da Formatação e correções de ortografia.	02/11					X				X	X	
Entrega das 3 cópias para banca.	12/11										X	
Apresentação para a banca.	19/11										X	

Quadro 1 – Cronograma.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL EM CURITIBA

No início do século passado, a ainda provinciana Curitiba se mostrava voltada à educação cristã, segundo PILLA (1999), em 1905, as irmãs de São José, congregação pertencentes ao braço feminino dos Jesuítas da França, acharam que era o oportuno momento para montar uma escola para meninas. A cidade de Curitiba possuía cerca de 50 mil habitantes e estava em um evidente crescimento, recepcionando o Colégio Cajuru no alto da Colina. Com a modernização marcada nessa época, transformando tudo o que existia, desde a infraestrutura da cidade até mesmo os bons modos. A partir dessa época estabeleceu-se uma preocupação com uma “boa educação”, que incumbia aderir-se às classes sociais mais importantes. Considerado como componente diferenciativo e até mesmo elemento de poder. Foi nesse contexto que por décadas, as filhas da Elite formaram-se de maneira a serem as mais elegantes.

O Colégio Cajuru abriu suas portas em 1907, seu intuito era de fornecer educação apenas às meninas. Não aceitavam alunas expulsas de outros colégios ou com doenças contagiosas. As candidatas às vagas precisavam apresentar a certidão de nascimento comprovando idade e atestado de vacinação recente, juntamente com a caderneta de saúde. Com o objetivo de uma educação para viver em sociedade sob os valores católicos, somando com os dos desejos de uma classe social que cobiçava por uma escola que educasse dignamente suas filhas. O internato era dirigido por Eugénie Jarre, que em 1900, assumiu o nome religioso de Mére Julia, como passou a ser conhecida por todos, nascida em Les Chapelles, na Savóia, França, em dezembro de 1882, a irmã permaneceu na direção do colégio por 52 anos, desde o seu início até a década de 1960.

PILLA (1999) expões que um dos instrumentos pedagógicos utilizados pelas irmãs era o Livre de Piété de La Jeune Fille. Sua escrita era em francês, fornecia ensinamentos de bom comportamento, com caráter virtuoso. Um livro elaborado com vivências cristãs a serem edificadas durante os anos no internato. O Livre de Piété de La Jeune Fille, foi ofertado para as alunas na década de 1910 e utilizado até a década de 1920. Posteriormente seus preceitos já estavam tão introjetados que não se fazia necessário a constante leitura e consulta ao livro, as internas guiavam-se pelo exemplo do comportamento dos mestres e das irmãs, e

principalmente pela cobrança de atitudes das alunas e até mesmo de familiares. O Colégio Cajuru era provedor de um ambiente refinado e não existia na região outro que estivesse à altura e pudesse garantir tão boas relações sociais. Visitas eram permitidas somente com prévia autorização dos pais. Devendo obedecer a dia e horário predeterminados: “domingo das 9 horas às 10 horas, e das 13 horas às 15 horas; e às quintas-feiras das 13 horas às 15 horas (p.110)”. As internas poderiam sair no primeiro domingo de cada mês, às 15 horas, se possuíssem autorização dos pais. Elas seriam levadas pelas Irmãs até a estação, para o encontro com a família e deveriam voltar ao Colégio na segunda-feira, às 9 horas. As internas tinham livre saída nos dias natalícios, bem como era permitido às alunas, todos os domingos, escrever à família. As alunas sofriam penalidades ao não cumprimento do regulamento do Colégio e eram utilizadas algumas atitudes como “castigo”:

> Repreensão particular ou pública; lição a estudar ou copiar; perda dos pontos que dão direito à inscrição do nome no quadro de honra; perda do distintivo de bom comportamento; privação da saída mensal, eliminação do estabelecimento, caso de insubordinação (PILLA,1999, p. 111).

Se não houvesse nenhum ato de descumprimento por parte das educandas, essas ganhavam algumas honrarias, permitindo que a aluna premiada utilizasse um crucifixo no peito ou até mesmo que ganhassem cerimônias para todo o colégio.

> {...} eram premiadas em cerimônias que envolviam ou toda a turma da qual fazia parte, ou até todo o colégio por ocasião de festejos maiores. Os chamados meios de emulação eram: proclamação das notas semanais de aplicação e procedimento; concursos mensais e classificação por matéria com entrega de medalha de honra; entrega de pontos com direito a recompensa; boletim bimestral enviado aos pais e os prêmios especiais de fim de ano. Todos os sábados era oferecida a honraria, que a aluna premiada levaria no peito com satisfação. No final da semana, se não cometesse nenhuma peripécia, era lhe concedida a honraria, podendo ser novamente contemplada para ostentar o prêmio na semana seguinte (PILLA, 1999, p.111).

PILLA (1999) menciona que outra forma de premiar as alunas era deixar que participassem das apresentações com seus dotes artísticos mais de uma vez. Recepcionar visitas importantes no Colégio também era uma forma de honrar seu comportamento no cuidado e asseio pessoal.

Quando as internas saíam em férias e ficavam longe das doutrinas do colégio, as irmãs tomavam o cuidado de indicar os livros de oração para não haver um desvio dos ensinamentos de Deus. Também eram aconselhadas a cumprir as ordens que aprenderam durante o internato em casa com a família, e assim

demonstrarem o quão bem estavam sendo educadas. Também era aconselhado o uso do Livre de Piété de La Jeune Fille, nele continha os ensinamentos de o que se deve ser, o que se deve temer e do que se deve fugir:

"1-Vocês devem ser:
Para seus pais:
Um anjo que adoça seus sofrimentos.
Um anjo que lhe prende ao lar.
Um anjo que lhe reconduz a Deus.
Para suas mães:
Um anjo que vem e ajuda.
Um anjo que lhe faz companhia.
Um anjo que a consola.
Para seus irmãos e irmãs:
Um anjo que lhes agrada e os ama.
Para seus empregados domésticos:
Um anjo que os edifica.
2- Vocês devem temer:
O excesso de bem-estar, que estimula a preguiça.
A ociosidade, que dá acesso aos maus pensamentos.
As leituras fúteis, que roubam do espírito seu vigor.
As amizades fortuitas, que abrem o coração a todas as impressões.
O orgulho, que avilta o caráter.
3- Vocês devem fugir:
Dos maus livros.
Das más companhias.
Das festas profanas". (PILLA 1999, p.120 apud FRERES p. 729-730)

Quando a saída do Colégio fosse para não mais voltar era aconselhado que seguissem os ensinamentos do Livre de Piété de La Jeune Fille, colocando em prática tudo aquilo que se adquiriu com as irmãs durante os estudos no colégio, seguindo sempre firme com “bom caráter, nobre e elegante simplicidade e uma modéstia amável. Levar a vida da melhor forma, sempre ocupada, e fazer cada coisa a seu tempo, com ordem e método. (PILLA, p.121)”.

Os preceitos da educação feminina curitibana nada mais eram do que o reflexo de uma sociedade que não estava a vanguarda.

5.2 A MULHER NO INÍCIO DE SÉCULO XX – DÉCADA DE 1910 NO BRASIL

Em muitas sociedades, o início do século XX é marcado por constantes mudanças e transformações sociais, acerca de valores, práticas e papéis, entretanto em alguns aspectos há a estabilidade em estagnar essas mudanças, principalmente acerca do papel social feminino.

Ainda nas décadas iniciais do século XX no Brasil, o papel da mulher era caracterizado como função principal ser do lar, com o objetivo de ser uma boa

esposa e mãe, ou seja, o lugar social da mulher era destinado ao matrimônio sendo depositado neste a sua felicidade e a realização de seus sonhos, pois aparentemente durante este período o sinônimo de felicidade para a mulher correspondia a casar e cumprir com suas funções no matrimônio. Resultado de uma construção histórica que a sociedade patriarcal determinava, perpetuando por estereótipos socialmente estruturados, no qual o homem era ensinado para ser autônomo e chefe de família, enquanto a mulher era educada com ensinamentos para o lar e de submissão, portanto, os papéis sociais de homem e mulher nesta época ainda eram delimitados, conforme RAGO (2014 p. 94) "O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido." Devido a essa necessidade de que o homem seja superior, retratando assim, uma sociedade na qual a mulher é incapaz de pensar e agir.

Segundo ALMEIDA (2013), as mulheres da época eram possuidoras de atributos como a pureza, bondade e submissão, portanto eram estas as características que as definiam como uma boa mulher, as quais deveriam zelar pela preservação da família e da moral cristã. Consideradas transmissoras de culturas dentro do seu lar, era lhes atribuído o papel de formadoras da sociedade, tendo em vista de que ela era a única responsável pela criação dos filhos, o que poderia enaltecê-la pelos acertos, entretanto culpá-la pelos erros da educação dos filhos.

Durante este período há a necessidade de que a mulher se aproxime do papel que a Igreja Católica pregava, a mulher-mãe-virgem isenta dos pecados, em uma tentativa de dominação e de afastar a mulher tentadora e pecadora, retratada como Eva. Conforme MELLO e LEITE (2000, p. 38-39) destacam:

> Assim, alicerçada nos postulados científicos aristotélicos de "incompletude feminina", a Igreja Católica estabeleceu um "modelo de cristandade ocidental" permanente, no qual consolidou uma postura valorativa da mãe, ou seja, da mulher enquanto elemento procriador em constante analogia com Maria que aceitou "docilmente" sua missão. Em um pólo oposto estaria Eva, cuja criação oriunda da costela de Adão já denotava uma relação de inferioridade intrínseca — era "a pecadora" — cuja sedução maligna desviou o homem do caminho correto e extirpou do paraíso o destino de toda a humanidade.

Desta forma seu papel era como coadjuvante na sociedade reduzido ao matrimônio, maternidade e submissão, reservando todo o protagonismo social aos homens. Posteriormente aquelas mulheres que não eram destinadas ao casamento e não tinham uma herança de família iniciaram a profissionalização por meio do

magistério exercendo o papel de professoras, entretanto, ainda ligado à ideia de educar meninas para os afazeres domésticos, ser boa esposa e exercer o “dom” da maternidade.

O papel da mulher perante a sociedade começou a mudar significativamente quando no ano de 1934, conseguiram o direito ao voto no Brasil, concedendo uma abertura fundamental para a entrada da mulher no meio político alcançando conquistas por direitos iguais entre os gêneros. Em 1960, tendo acesso a medicamentos contraceptivos, as mulheres começam a ter controle para que houvesse um planejamento no tamanho da família, assim possibilitou a integração relativamente maior da mulher, tanto em instituições acadêmicas quanto no mercado de trabalho, diminuindo o rótulo pregado à mulher de ser boa mãe e esposa em tempo integral.

Projetos e ONGs (Organizações Não-Governamentais) criados por conta de violências domésticas a mulheres na qual começaram a surgir mais evidências de depoimentos, uma vez que as mulheres estavam conquistando seu lugar na sociedade em que não seriam mais submissas aos homens, surgindo então a primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEAM), causando o seguimento à implementação do Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres. Diante das lutas e conquistas femininas, acarretou em uma maior demanda da entrada de mulheres nas universidades, podendo cursar quaisquer cursos que antes eram restritos somente ao sexo masculino. Diversas revistas, jornais e imprensas feministas começaram a ser dirigido por mulheres, mesmo que inicialmente focados em demonstrar valores familiares e glorificar o papel da mulher de boa mãe e esposa, posteriormente foram consolidando a ideia de que a educação, não a de ensinamentos domésticos, mas sim aqueles que constavam um currículo com disciplinas para uma formação acadêmica, por fim desenvolviam progressos para o desenvolvimento e emancipação das mulheres.

As mulheres finalmente começaram a ter voz e posicionamentos diante de uma sociedade patriarcal[1] e sexista[2], muitas lutas e conquistas almejadas foram

[1]Patriarcal: A relação entre homens e mulheres ocorrido pelo arbítrio masculino no uso do sexo. O patriarcado não se efetua pela dominação religiosa, a não ser pela influência que esta exerce nas relações familiares dentro do grupo doméstico.

[2] Sexismo: Atitude, discurso ou comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual: a exaltação exagerada do masculino ou do feminino é uma forma de sexismo.
Etimologia (origem da palavra sexismo). Sex(i) + ismo.

alcançadas, entretanto, a igualdade de gênero entre homem e mulher se encontra persistente em suas diferenças, com raízes fundamentadas historicamente.

5.3 A POSIÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO E PERANTE A SOCIEDADE NA DÉCADA DE 2010.

O final da década de 1980 devolveu a democracia ao Brasil, em consonância os anos 1990 trouxeram nossa atual constituição, apelidada de “cidadã” decorrente da contemplação dos direitos sociais. Em seus artigos e incisos podemos verificar algumas mudanças na concepção de educação, cujas perspectivas criaram alicerces para a pluralidade de público e currículo.

Conforme o trecho do artigo a seguir retirado da Constituição Federal de 1988:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2015, s/p)

A partir dos aspectos considerados em nossa constituinte acima, compreende a sua ideia de “cidadã”, ao inscrever os direitos sociais e contemplá-los como direito de todo cidadão, sem distinção ou restrição a grupos isolados da sociedade. Ao elencar todos estes direitos o Estado se propõe e assume seu compromisso com todos os cidadãos em lhes proporcionar condições para sua sobrevivência de maneira digna e com qualidade. No que tange a educação como um direito social, a Constituição a propõe, por conseguinte:

> Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p)

Em destarte ao trecho apresentado, é importante destacar que a educação passa a ser concebida como um direito do cidadão e dever do Estado e da família, desta forma caracteriza-se as obrigações e responsabilidades pertinentes ao Estado em garantir a efetivação desse direito o qual é juridicamente protegido. A partir da inserção da educação em nossa Constituição Federal de 1988, a concepção da mesma se torna intrínseca ao desenvolvimento pleno da pessoa, pois, neste aspecto compreende-se de que é por meio dela que se forma cidadãos críticos, emancipados e conscientes de seus direitos. Ocorre a redemocratização do Estado e a confirmação do caráter universal da educação.

Acerca da perspectiva de ensino promulgado no Art. 206 da Constituição estabelece alguns princípios:

> Art. 206 (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (BRASIL, 1988, s/p)

Os princípios elencados têm por finalidade garantir e proporcionar aos cidadãos uma educação sem distinção, na qual todos possam ter acesso ao conhecimento permitindo-lhes a construção da autonomia e de sua emancipação a partir dos saberes adquiridos. Conforme RAPOSO (2004):

> Numa palavra, o tratamento constitucional do direito à educação está intimamente ligado à busca do ideal de igualdade que caracteriza os direitos de 2ª dimensão. Os direitos sociais abarcam um sentido de igualdade material que se realiza por meio da atuação estatal dirigida à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais a quem não conseguiu a eles ter acesso por meios próprios. Em última análise, representam o oferecimento de condições básicas para que o indivíduo possa efetivamente se utilizar das liberdades que o sistema lhe outorga (Raposo, 2005, p. 1).

Visa, portanto, reduzir as diferenças sociais, ou seja, a desigualdade e a discriminação, ao garantir que todos tenham igualmente condições de acesso e de permanência. Tem a perspectiva utópica de que todos os cidadãos perante a sociedade consigam as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Entretanto, a educação como um direito proporciona o desenvolvimento intelectual e moral dos cidadãos, permitindo-lhes exercer o ofício de cidadania.

Em consonância a Constituição Federal de 1988, permitiu que houvesse progresso acerca da equidade de gênero no Brasil, no que se refere a garantir os direitos sociais a todos, um marco das lutas feministas que almejam sua emancipação e como sujeito detentor de direitos. A educação como um direito social, permite o pleno desenvolvimento dos indivíduos, atribui-lhes sua inserção no Estado Democrático e os qualifica para o contexto profissional, ao propiciar uma educação para todos, a mesma age como agente transformador da sociedade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa.

No decorrer dos anos o sexo feminino lutou pelos seus direitos configurando em muitas conquistas que proporcionam muitos benefícios para a vida da mulher atual. Entretanto, é necessário que continuem essa busca pelos direitos para atingir

melhores resultados e garantir sempre que o progresso aconteça. Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (2005), que se fundou em 1º de janeiro de 2003, um novo ministério com o nome de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). O Plano contém 199 ações, contemplando 26 prioridades as quais foram definidas após debates da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM). Essas ações foram organizadas por um Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria (SPM/PR) e membros dos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia e Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e de representantes das esferas governamentais estadual – representados pelo Acre - e municipal – representada por Campinas/SP. A partir da inauguração desse ministério deu-se início à um contemporâneo momento que permaneceria na história do Brasil, designando-se à formulação, coordenação e articulação de políticas que promoveriam a igualdade entre mulheres e homens.

Em julho de 2004 aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) originando um novo contexto sobre os direitos das mulheres, cerca de 120 mil mulheres acabaram mobilizando-se juntamente para organizar propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as mulheres.

Com o intuito de combater as desigualdades sociais entre as mulheres e homens no Brasil, no ano de 2004, implantou-se no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[3], que por meio de política públicas e ações alicerçava seu compromisso com a nação brasileira.

O PNPM orienta-se por alguns fundamentos como a igualdade e respeito à diversidade das mulheres e homens, acarretando à igualdade e respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional. A equidade, garantindo igualdade de oportunidades, autonomia e poder de decidir perante sua vida e seu corpo, como também possibilitar condições para que a mulher possa sugestionar eventos e episódios em seu país. A Laicidade do Estado obstante dos princípios religiosos deve assegurar os direitos consagrados na

[3] As autoras gostariam de salientar que a citação por nomenclatura diz respeito ao governante que assinou o referido plano de política pública.

Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil. Assim assegurando acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres.

Consta no planejamento do PNPM a necessidade de beneficiar as mulheres, assim como toda a sua comunidade com mudanças que assegurem uma nova realidade, mas não descarta que o trabalho em conjunto para que seja efetiva sua execução venha por parte dos Governos Federais, Estaduais e Municipais e de toda a sociedade. Também cita que mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras, precisam participar ativamente na sociedade.

As ações que constituíam o Plano foram dispostas por 4 linhas de atuação sendo a autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; a educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e por fim o enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo todas essas linhas consideradas essenciais para uma vida digna para as mulheres.

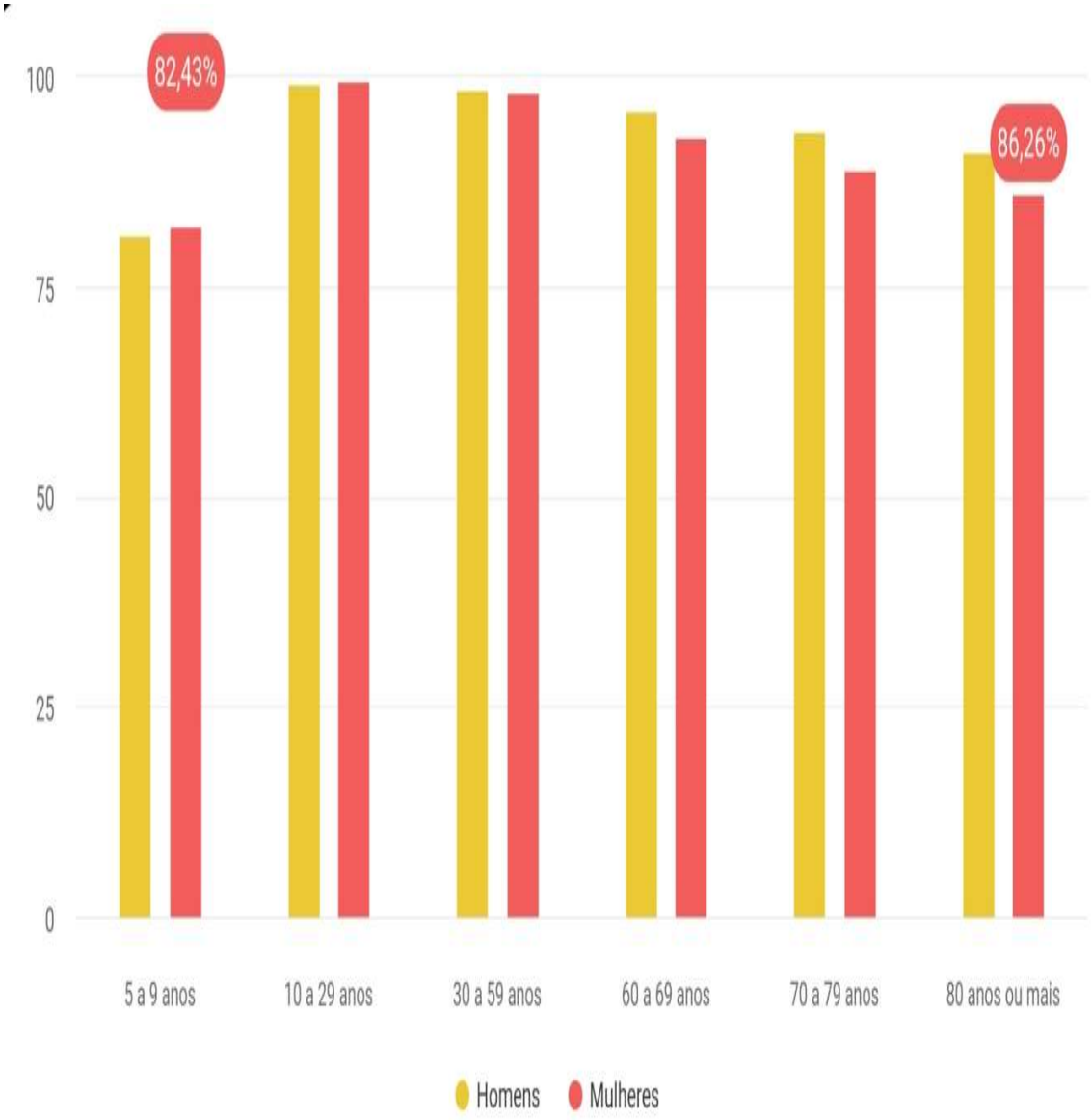
O PNPM, em 2005 criou um comitê que se preocupa em verificar o desenvolvimento das ações do Plano em todos os órgãos governamentais. O comitê também averiguava se as necessidades específicas femininas eram atendidas à essa população.

Tendo em vista todas essas citações constantes no PNPM é evidente que nessa época ocorreu uma preocupação maior com a inserção dos direitos e com a proteção da figura feminina ao qual foram atribuídos ao sexo feminino e também averiguados constantemente se estavam atendendo as necessidades e como estavam sendo cumpridas perante os órgãos governamentais, que acaba refletindo em toda a sociedade.

Na década de 2010 as mulheres vivem em um contexto diferente sobre a educação do que viviam no início do século anterior, segundo dados do site Relatórios Dinâmicos, preocupando-se com a valorização da mulher na sociedade, aponta os indicadores de escolaridade na alfabetização, ensino fundamental, médio, superior, mestrado e doutorado da cidade de Curitiba. Os dados demonstraram que na alfabetização a taxa da faixa etária da mulher entre 5 a 9 anos apresentou uma taxa de alfabetização de 82,43% e aos 80 anos ou mais, com 86,26% da taxa de alfabetização. Apontando que nessa década de 2010, as mulheres desfrutavam quase que igualitariamente com o sexo masculino do direito

aos estudos, segundo demonstra o gráfico abaixo.

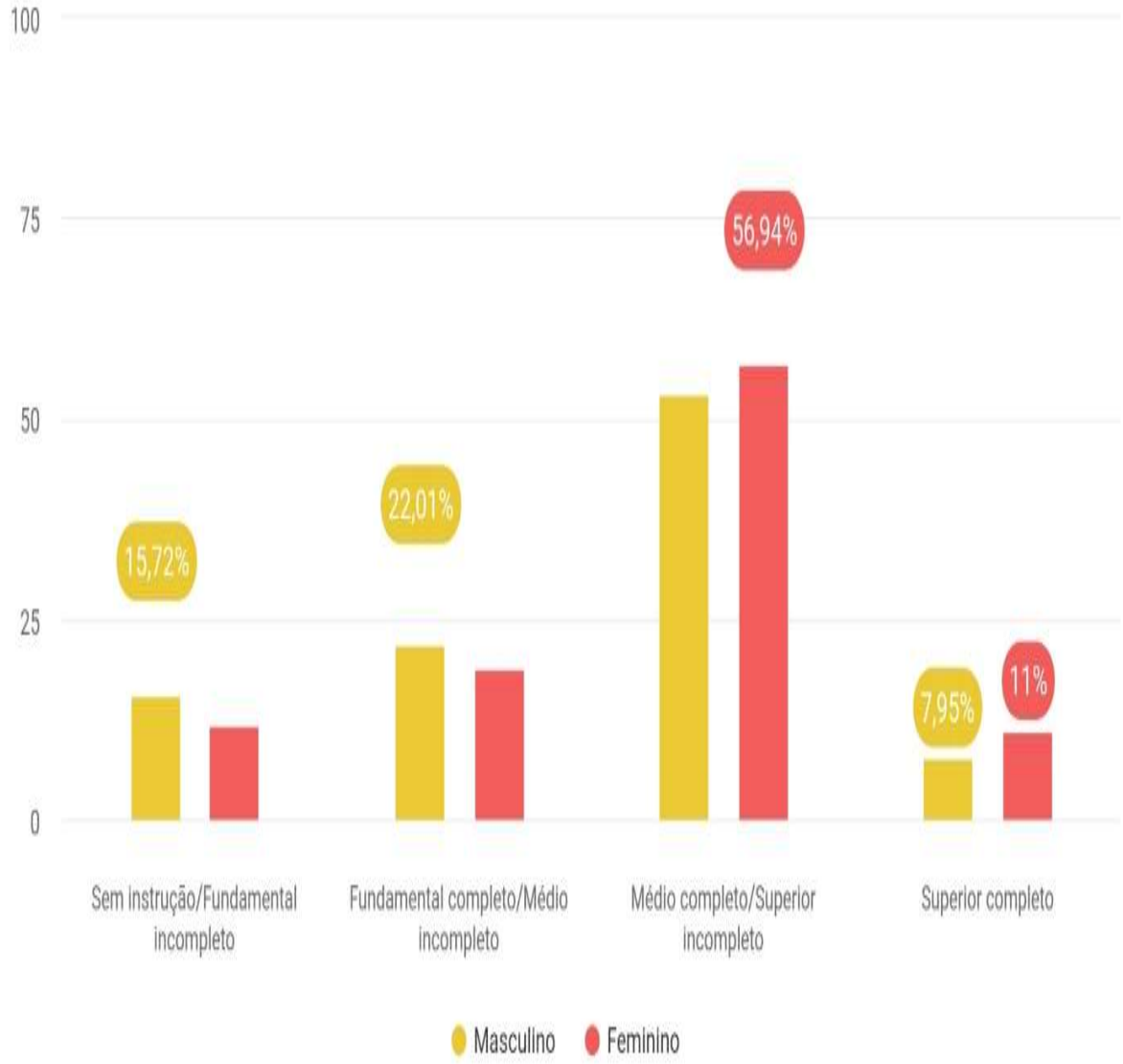
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR IDADE SEGUNDO O SEXO



Fonte: Relatórios Dinâmicos apud IBGE - Censo Demográfico

Com a conquista da mulher pelos direitos à educação, que segundo os dados do site Relatórios Dinâmicos, seu grau de escolaridade obteve um crescimento significativo, o sexo feminino em idade de 18 a 24 anos encontrava-se com 18,95 com ensino fundamental contra 22,01% do sexo masculino na mesma faixa etária. As mulheres detinham 56,94% com o ensino médio, contra 53,09% dos homens e por fim 11% do sexo feminino concluiu o ensino superior, contra 7,95% da população do sexo oposto.

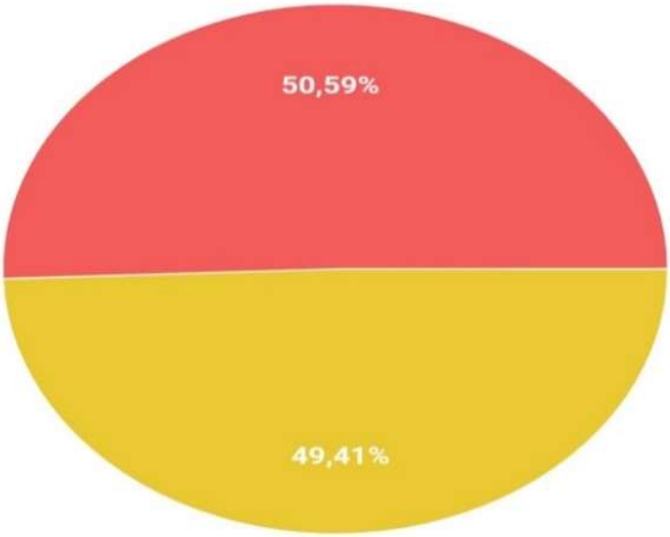
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS



Fonte: Relatórios Dinâmicos apud IBGE - Censo Demográfico

Diferentemente do início de 1910, onde as mulheres não recebiam uma educação escolar com fins acadêmicos e profissionais, e quando conquistaram o privilégio de adentrar a escola, se viam a receber ensinamentos que eram destinados exclusivamente para torná-las boas donas de casa e boas mães, em 2014, demonstrou um salto espetacular na inserção da mulher ao mercado de trabalho, pois ocorreu 50,59% de matrículas das mulheres contra 49,41% dos homens em cursos profissionalizantes.

PERCENTUAL DAS MULHERES MATRICULADAS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES SEGUNDO O SEXO.



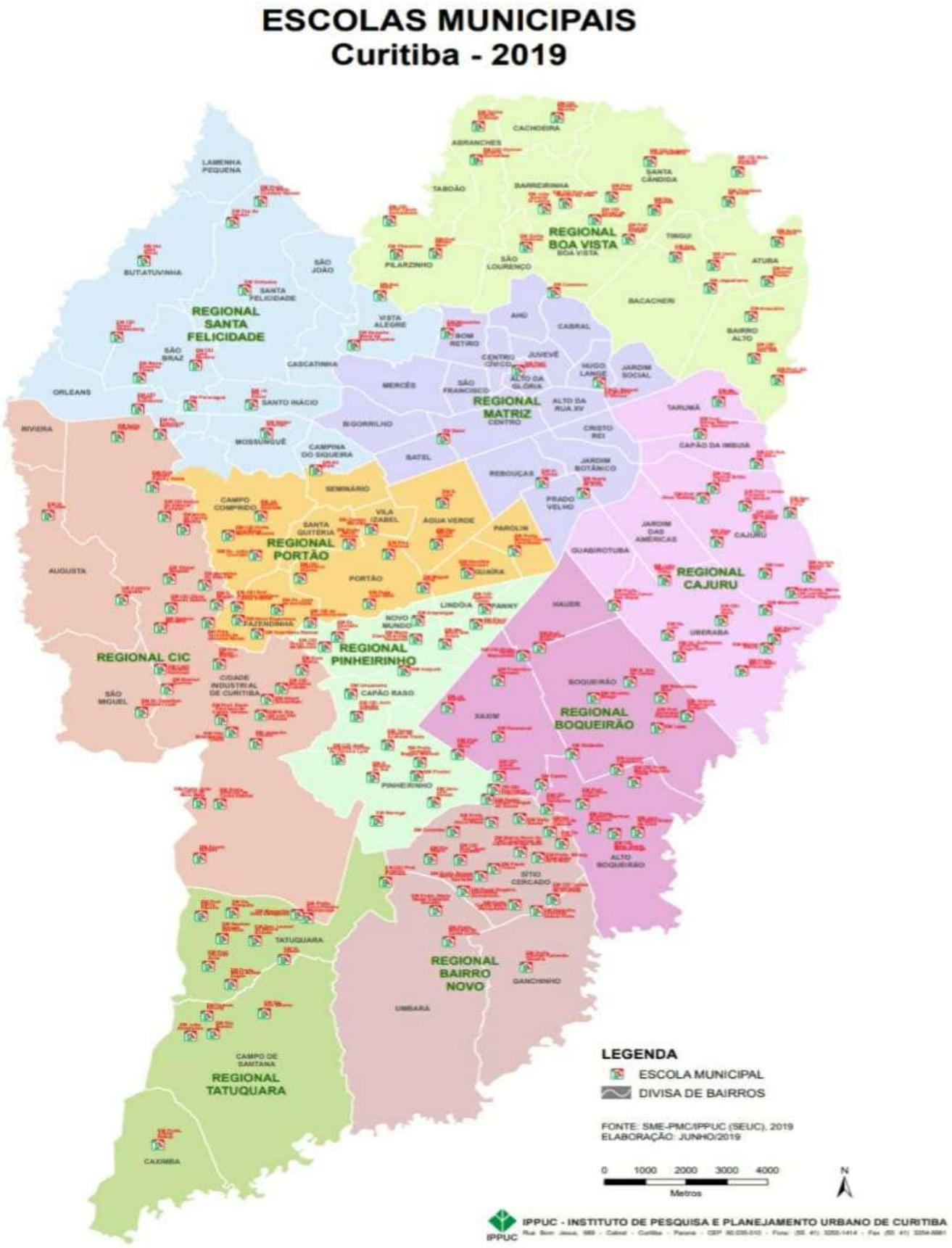
Fonte: Relatórios Dinâmicos apud IBGE - Censo Demográfico

EM 2015, a cidade de Curitiba aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) que terá vigência de 10 anos, entre o período de 2015 a 2025, priorizando uma educação sem desigualdades educacionais e a superação de todas as formas de discriminação, bem como estimulou o respeito aos direitos humanos do homem e da mulher. Conforme o site Leis Municipais de Curitiba, disposto no Art. 3°:

> III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família e na superação de todas as formas de discriminação;
> IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à sustentabilidade socioambiental, com direito à identidade biológica (do homem e da mulher); (Curitiba, 2015, s/p)

A implantação de leis como estas mencionada, asseguram melhores condições de vida para a sociedade, bem como para as mulheres, que por meio de diversas lutas buscam por sua emancipação e por um lugar com mais dignidade perante a sociedade.

Ao ter respaldo pela legislação, garante a transformação gradativa de uma sociedade caracterizada pelo machismo e sexismo, consequências de um legado histórico patriarcal.



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba

Por meio de novas fontes primárias podemos verificar e comparar as significativas mudanças na sociedade da capital paranaense do século XXI, sendo possível observar no mapa das Escolas Municipais Curitiba – 2019, que existem instituições de ensino municipais espalhadas por todas as regionais da cidade, possui 185[4] escolas municipais que ofertam educação para todos os cidadãos, sem distinção de gênero.

A educação no século XXI é para todos, não busca restrição de entre pares; na atualidade as meninas e os meninos possuem as mesmas disciplinas e professores, bem como as salas de aulas são constituídas por ambos os gêneros. É necessário ressaltar que a educação básica, gratuita e obrigatória, ocorre dos 4 aos 17 anos, sendo um direito assegurado pela LDB 9394/96.

Conforme o mapa representa a crescente oferta de educação, simbolizando um avanço para toda a sociedade, que ao partir desta perspectiva, pode-se considerar que os avanços são promissores, em uma análise conjunta aos gráficos já apresentados nas páginas anteriores, demonstrando a taxa de alfabetização e de profissionalização feminina, estes resultados são consequências da transformação ocorrida em nossa sociedade,

O avanço gradativo da emancipação feminina e das conquistas pela igualdade de gênero, constrói bases para uma possível e desejada igualdade na escolaridade e no mercado de trabalho, visto que mesmo nos moldes atuais as mulheres encontram certos percalços. A possibilidade de concorrência das mulheres com o sexo masculino na sociedade, abrange uma perspectiva maior de encorajamento, para que sempre ocorra a busca incessante pelos direitos da mulher perante a sociedade. Esses direitos proporcionam a evolução da primitiva herança patriarcal, onde somente o homem era capaz de trazer o sustento para a família, e a mulher ficava incumbida somente com os cuidados do lar e da educação dos filhos.

A escolarização e profissionalização da mulher evidencia que o sexo feminino, dispõe da mesma capacidade que o homem para atuar na sociedade. Por conseguinte, fica a critério dos órgãos governamentais auxiliar nessa luta pelo

[4] O número 185 aqui constado está disponível no site da Prefeitura Municipal de Curitiba e foi escolhido para o texto corrido por ser parte de uma fonte governamental, entretanto, em uma de nossas fontes, as escolas totalizaram em 184.

reconhecimento da igualdade de gênero. O escritório das Nações Unidas no Brasil prevê algumas conquistas até 2030, tendo a pretenção de inserir políticas públicas com objetivos de desenvolvimento sustentável que procura alcançar a igualdade de gênero e empoderamento do sexo feminino. A fim de acabar com todas as formas de discriminação, exploração sexual, tráfico e violência contra as mulheres nos órgãos públicos e privados. Bem como promover a responsabilidade compartilhada na família, valorizar e reconhecer o trabalho de assistência e o serviço doméstico não remunerado. Assegurar a participação e igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, e pública. Também tem por objetivo o acesso à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, assegurar direitos iguais aos recursos econômicos. Proporcionar ao sexo feminino o aumento do uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação e a promover políticas sólidas e legislação para a promoção da igualdade de gênero que auxiliem no empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis possíveis. Esses objetivos conquistados auxiliaram a mulher a garantir seus direitos como cidadãs ativas da sociedade, e asseguram mais segurança e proteção, pois nos dias atuais ainda sofrem com a discriminação do sexo oposto.

Por se tratar de um aspecto presente em diversas Instituições Sociais e compor o recheio das sociedades ocidentais e orientais há milênios, a educação formal e informal se alicerça em diferentes e relevantes aspectos que integram e figuram como os braços da sociedade. Através dessa característica é plausível aplicarmos a tese de que somente pela educação que traremos a face mutável de uma sociedade.

Partindo pela ótica descrita acima e balizados com as políticas públicas governamentais e em consonância com a ONU (Organização das Nações Unidas), a trajetória da educação feminina se apresenta como um espelho fiel de seu tempo, sendo esse o maior fator historiográfico aqui apresentado: a mulher foi produto de seu tempo, o mundo material composto de leis e fenótipos encontrou no sexo feminino um local de despejo de seus tabus e freios. Entretanto as diversas perspectivas apresentadas nesse capítulo nos comunicam a urgência da emancipação efetiva, mesmo que de forma gradual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar um paralelo entre as décadas de 1910 e 2010 coloca-se em questão o papel exercido pela mulher da época, podemos observar que as mulheres não tinham voz, sua educação no entanto era baseada em ensinamentos do lar, em que o restante de sua vida seria dedicado ao matrimônio e à maternidade, não obtinham poder sobre si mesma e ocupavam um lugar de opressão e submissão em relação à uma sociedade sexista e patriarcal, onde a mulher devia obediencia ao pai, ao marido e eram consideradas incapazes de conduzir suas próprias vidas ou qualquer posicionamente perante o grupo social em que estava inserida. Reforçando a ideia de que o homem era superior à mulher. A pesquisa englobou a cidade de Curitiba com enfoque aos ensinamentos do Colégio Cajuru, o qual foi exclusivamente constituído para educar, com caráter virtuoso as meninas da elite Curitibana, utilizando o *Livre de Piété de La Jeune Fille*, preocupando-se com os ensinamentos do lar e como se portar perante à sociedade.

A gradual emancipação ocorreu por meio de muitas lutas e diversas conquistas femininas, que contribuíram com o passar do tempo para que as mulheres pudessem ocupar significativamente seu lugar na sociedade. No final da década 1980, ocorreram transformações na educação, abrindo espaço para a diversidade de público e ampliando o currículo. No ano de 1988, na reformulação da Constituição e do estado democrático de direito percebeu-se a preocupação com a concepção do desenvolvimento pleno da pessoa, a fim de formar cidadãos críticos, emancipados e conscientes de seus direitos, proporcionando o desenvolvimento intelectual e moral dos cidadãos, permitindo-lhes exercer sua cidadania.

Em 2010, o contexto de educação era diferente em questão ao século anterior, nesta época já ocorria uma maior valorização da mulher na sociedade, que se aproximava ao sexo masculino em relação aos direitos educacionais e a inserção ao mercado de trabalho.

A pesquisa teve por finalidade contribuir para a historiografia da educação, com enfoque a educação feminina da cidade de Curitiba, proporcionando uma visão mais ampla sobre a escolarização, emancipação feminina e igualdade de gênero, explanando sobre as diversas evoluções que ocorreram durante os períodos mencionados. Segundo IVASHITA (2014, p. 69) apud BLOCH (2001, p. 75), “o

passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” O passado é definido por algo que não pode ser modificado, mas o conhecimento obtido ao decorrer da pesquisa proporciona uma nova visão sobre como trilhar um caminho diferente do que já foi percorrido.

Conforme a pesquisa realizada, compreendeu-se a educação feminina por um caminho de progresso gradual, o que contribuiu para a ressignificação do papel da mulher. A construção de uma sociedade com igualdade de gênero ainda está em processo contínuo, mesmo que lento, entretanto em nosso cotidiano este propósito parece demonstrar-se muito mais próximo do que a um século.

Faz-se necessário conhecer a história da educação feminina, a fim de compreender que a mulher foi produto de seu tempo, todos os tabus e freios foram a elas impostos, assim como alguns rótulos de submissa, dependente e incapaz que perduram até os dias atuais. A cada conquista sobre a autonomia do próprio corpo, da liberdade, da independência, de sua educação e profissionalização, contribui para o processo da emancipação feminina, contrariando as raízes fundamentadas historicamente no patriarcalismo.

Esta pesquisa não pretende esgotar as questões que envolvem a educação feminina, pois as autoras têm a perspectiva de que a temática ainda possa ser aprofundada e contribuir com maiores conhecimentos para a sociedade. Propõe-se que outros interessados no tema possam inteirar-se dessa relação realizada nessas ou nas demais décadas, instigando o interesse em proporcionar mais coletas, que possam contribuir com novos levantamentos sobre a temática estudada e também favorecer para avanços que auxiliem as mulheres a conquistar cada dia mais o seu lugar de dignidade perante uma sociedade que a reconheça, não somente na igualdade de gênero, mas como mulheres que são capazes de cuidar da sua família e ter seu espaço nas diversas faces da sociedade.

Possibilitar uma conscientização de que o sexo masculino também tem o dever de auxíliar nas tarefas do lar e com os cuidados dos filhos, compreendendo que estão cumprindo perante sua família e a sociedade o que realmente é de encargo tanto do homem quanto da mulher. Assegurar que as mulheres tenham seus direitos, assim como um tratamento igualitário entre os generos a fim de exterminar de vez essa disparidade entre os sexos, que infelizmente ainda está visivelmente enraizada nos lares, nos setores públicos e privados e até mesmo

dentro do poder judiciário, considerando que este último setor precisa proporcionar amparo as vítimas e ainda vem sofrendo com o machismo revestido de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino.

As mulheres lutam constantemente pelos seus direitos e merecem respeito, ser reconhecidas como pessoas absolutamente capazes de atuar igualitariamente em todas as esferas e principalmete na aristocracia, aumentando assim as chances de conquista de uma constituição que predomine fazendo valer os direitos que as fortaleçam perante a sociedade, dando voz e vez ao sexo feminino. Nessa perspectiva beneficar uma nova sociedade que está se reconstruindo em tempos contemporâneos.

A educação é o principal instrumento de mudança de uma sociedade, os muros da escola tiveram, têm e sempre terão o papel social de promover um ser humano livre e cidadão. Os livros didáticos não são apenas letras em papéis grossos, mas sim um início de caminhada civil; os docentes não são meros antiquários cheios de informações não práticas, as paredes que guardam tanta história, evolução e conhecimento dão o suporte e fundação necessários para a construção de uma sociedade de vanguarda.

Educação e emancipação: é esse o desejo das autoras.

7 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** Soc. estado., Brasília , v. 15, n. 2, p. 303-330, dez 2000 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 16 Out. 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As gentis patrícias:** identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940). Educar em Revista, n. 48, p. 187-205, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 Mai. 2020.

BELTRAO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100157420090001000 07&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 29 Set. 2020.

CAMARA, Luciana Borella. **A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social.** Revista Direito em Debate, v. 22, n. 40, p. 4-26, 2013.

Educação. Endereço das Unidades Escolares. Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/endereco-das-unidades-escolares/662#:~:text=A%20Rede%20Municipal%20de%20Ensino,dos%2075%20bairros%20de%20Curitiba.> Acesso em: 20 Set 2020.

Escolas Municipais Curitiba – 2019. Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mapas/arquivos/documentos/D514/D514_004_BR.pdf> Acesso em 15 Set 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática

educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1821773/mod_folder/content/0/Texto%20obrigat%C3%B3rio/cap%C3%ADtulo%201%20pedagogia%20da%20autonomia%20Paulo%20Freire.pdf?forcedownload=1> Acesso: 19 de agost.2020

FRÉRES, Aubanel. **Le Livre de Piété de la Jeune Fille au Pensionnat et dans sa Famille**. Avignon : s.d.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção metodológica da pesquisa em educação:** desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE, v. 28, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066/23315> Acesso em: 15 Abr 2020.

IVASHITA, Simone. **Fontes para a história da educação:** a importância dos arquivos. Revista HISTEDBR On-Line, v. 14, n. 58, p. 68-77, 2014. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640379>. Acesso em: 10 Out 2020.

Leis Municipais. Lei n°14.681. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr> Acesso em: 18 Set 2020.

MELLO, J.C. Leite, E. **Discursos velados:** memória e cotidianidade feminina. In: LEMOS, M. T.T.B.; MORAES, N.A. de. (org.) Memória, Identidade e Representações. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 38-42.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século xx:** memórias de trajetórias de vida, suas representações. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2290/marilsa_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 Abr. 2020

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. Igualdade de gênero. Nações Unidas Brasil. Disponível em:<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5> Acesso em: 20 Set 2020

PILLA, MCBA. **Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942**. 1999. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)-Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25063> Acesso em: 05 Març 2020.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro:** um histórico sobre a feminização do magistério. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. 2006. p. 6167-6176. Acesso em: 29 Agost. 2020.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAPOSO, Gustavo de Resende. **A educação na Constituição Federal de 1988.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 29 Set. 2020.

SEXISMO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>. Acesso em: 16 Out 2020.

SILVA, Luis Inacio Lula Da Silva; FREIRE, Nilcéia**. Plano nacional de politicas para as mulheres.** Brasilia. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/I%20PNPM_versao%20compacta.pdf> Acesso em: 20 Agost 2020.